

ANTÔNIO AUGUSTO CANÇADO TRINDADE

Ex-Presidente da Corte Inter-Americana de Direitos Humanos; Juiz da Corte Internacional de Justiça (Haia); Professor Emérito de Direito Internacional da Universidade de Brasília e Professor Titular do Instituto Rio Branco (1978-2009); Ex-Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (1985-1990); Professor Honorário da Universidade de Utrecht e Honorary Fellow da Universidade de Cambridge; Membro Titular do Curatorium da Academia de Direito Internacional da Haia e do Institut de Droit International; Presidente da Sociedade Latino-Americana de Direito Internacional

OS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS E A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA

RENOVAR
Rio de Janeiro
2015

abdr 
Associação Brasileira de
Direito Internacional
Respeite o direito autoral!

ÍNDICE

Prefácio (Antônio Celso Alves Pereira).....	XIII
---	------

PARTE I

A JUSTIÇA INTERNACIONAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: CONSIDERAÇÕES DE ORDEM JURÍDICA, HISTÓRICA E FILOSÓFICA

Capítulo I

A CONTRIBUIÇÃO DOS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS À EVOLUÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO

I. Introdução	3
II. A Gradual Realização do Ideal da Justiça Internacional, e Não Apenas Inter-estatal.....	5
III. A Coexistência dos Múltiplos Tribunais Internacionais Contemporâneos e a Expansão da Jurisdição Internacional.....	7
1. A Corte Internacional de Justiça.....	11
2. Os Tribunais Internacionais de Direitos Humanos.....	15
3. Os Tribunais Penais Internacionais	20
IV. A Multiplicidade dos Tribunais Internacionais Contemporâneos e a Expansão da Subjetividade e Responsabilidade Internacionais.....	25
V. O Diálogo dos Múltiplos Tribunais Internacionais Contemporâneos..	27
1. A Reunião de Luxemburgo de 2002.....	28
2. A Reunião de Manáguá de 2007	29
VI. O Advento das Convergências Jurisprudenciais no Labor dos Tribunais Internacionais Contemporâneos.....	30
VII. A Coordenação no Labor dos Tribunais Internacionais Contemporâneos Frente a Sua Missão Comum	36
VIII. O <i>Jus Naecessarium</i> : Avanços Rumo à Jurisdição Internacional Obrigatória	39
IX. O Primado do Direito nos Debates Correntes da Organização das Nações Unidas.....	43
X. Conclusões: Os Avanços na Realização do Ideal da Justiça Internacional	46

1. A Relevância dos Princípios Gerais do Direito	46
2. A Unidade do Direito	53
3. A Jurisdição Internacional como Co-partícipe da Jurisdição Nacional na Realização da Justiça	57
XI. A Contribuição dos Tribunais Internacionais Contemporâneos ao Primado do Direito	61

Capítulo II

REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A REFERÊNCIA A “NAÇÕES CIVILIZADAS” NO ARTIGO 38 DO ESTATUTO DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA

I. Introdução: Premissa Geral.....	69
II. A Inserção da Referência a “Nações Civilizadas” no Artigo 38 do Estatuto da Corte da Haia (CPJI/CIJ).....	71
III. O Entendimento de “Civilização” na Época da Adoção do Estatuto de CPJI (1920)	73
IV. A Tensão entre Civilização e Barbárie: Panorama Geral.....	76
V. Considerações de Ordem Psicológica.....	81
VI. Considerações de Ordem Histórica	88
1. Civilização e Barbárie no Tempo.....	97
2. A Projeção da Barbárie no Tempo	100
VII. Considerações de Ordem Jurídica	104
VIII. A Falsidade da Alteridade entre “Civilizado” e “Bárbaro”	111
IX. Sob a “Custódia do Estado” em Condições Infra-Humanas.....	119
X. Novas Manifestações da Barbárie Contemporânea	120
XI. O Princípio Básico da Igualdade e Não-Discriminação em um Mundo de Desigualdades.....	124
1. A Idéia da Igualdade Humana em Projeção Histórica	124
2. Igualdade e Não-Discriminação, e o Drama dos Desenraizados	127
3. Igualdade e Não-Discriminação, e o Abandono dos Esquecidos do Mundo	131
XII. Considerações Finais	132
1. De Volta aos Princípios Gerais do Direito	132
2. Premissa Confirmada	135

Capítulo III

LA PRESENCIA DE LA PERSONA HUMANA EN EL CONTENCIOSO INTERESTATAL ANTE LA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTICIA

I. Introducción	140
-----------------------	-----

II. La Presencia de la Persona Humana en la Esencia de las Controversias Interestatales	141
III. La Superación de la Visión Territorialista Exclusiva Clásica: Las Medidas Provisionales de Protección en el caso del <i>Templo de Préah Vihéar</i> (2011)	142
IV. Demarcación de Frontera y Condiciones de Vida de Poblaciones Nómades: El Caso de la <i>Disputa Fronteriza entre Burkina Faso y Ni-ger</i> (2013).....	143
V. Los Fines Humanos del Estado y la Visión Humanista del Orden Jurídico Internacional: La Opinión Consultiva sobre la <i>Declaración de Independencia del Kosovo</i> (2010)	146
VI. La Relevancia de las Cláusulas Compromisorias en los Tratados de Derechos Humanos: Los Casos de <i>Bélgica versus Senegal</i> (2009) y de <i>Georgia versus Rusia</i> (2010)	148
1. Caso de <i>Bélgica versus Senegal</i> (Medidas Provisionales de Protección, 2009)	148
2. Caso de <i>Georgia versus Rusia</i> (Excepciones Preliminares, 2010)	149
VII. Violaciones de Derechos Humanos Establecidas por la CIJ: El Caso <i>A.S. Diallo</i> (Fondo, Guinea versus R.D. Congo, 2010).....	150
VIII. El Individuo como Beneficiario de Reparaciones: Caso <i>A.S. Diallo</i> (reparaciones, Guinea versus R.D. Congo, 2012).....	152
IX. Derecho a la Igualdad Procesal en el Derecho Administrativo Internacional: La Opinión Consultiva sobre el <i>Procedimiento de Revisión de Sentencias del Tribunal Administrativo de la OIT</i> (2012).....	153
X. La Prohibición Absoluta de la Tortura y el Principio de la Jurisdicción Universal: El Caso de <i>Bélgica versus Senegal</i> (Fondo, 2012).....	157
XI. Las Inmunidades del Estado frente a los Crímenes Internacionales de Sujeción a Trabajo Forzado y Masacres: El Caso de las <i>Inmunidades Jurisdiccionales del Estado (Alemania versus Italia</i> , con Intervención de Grecia, Sentencia de la CIJ del 03.02.2012) y Disidencia	160
1. El Procedimiento y la Sentencia.....	160
2. La Disidencia.....	163
XII. La Equidad Inter-Generacional en la Conservación de los Recursos Naturales Maríños Vivos: El Caso de la <i>Pesca de Ballenas en la Antártida (Australia versus Japón</i> , con Intervención de Nueva Zelandia, Sentencia del 31.03.2014).....	173
XIII. La Superación de la Visión Territorialista Exclusiva Clásica: La Interpretación de Sentencia en el caso del <i>Templo de Préah Vihéar</i> (2013).....	175
XIV. Breves Reflexiones Finales.....	177

Capítulo IV

QUELQUES RÉFLEXIONS À LOCCASION DE LA PREMIÈRE RÉUNION DES TROIS COURS RÉGIONALES DES DROITS DE L'HOMME

I. Introduction.....	183
II. L'accès direct de l'individu à la Cour Interaméricaine des Droits de l'Homme	184
III. L'importance du droit d'accès <i>lato sensu</i> à la justice internationale	188
IV. La sauvegarde de l'intégrité de la juridiction internationale de protection	194
V. L'interposition de limites au volontarisme étatique	197
VI. La condamnation des crimes d'État	198
VII. L'humanisation du droit international et l'émergence d'un nouveau <i>jus gentium</i>	199

PARTE II

DEVER DE REPARAÇÃO DE DANOS E CUMPRIMENTO DAS SENTENÇAS INTERNACIONAIS

Capítulo V

CONCEPTUALIZACIÓN DEL DEBER DEL ESTADO DE REPARACIÓN DE DAÑOS A LA PERSONA HUMANA: GÉNESIS, EVOLUCIÓN, ESTADO ACTUAL Y PERSPECTIVAS

I. <i>Prolegomena</i>	206
II. Sujeto de los Derechos Violados y Sujeto del Derecho a la Reparación	207
III. <i>Neminem Laedere</i> : Conceptualización de Reparación según los "Padres Fundadores" del Derecho de Gentes (<i>Droit des Gens</i>)	211
IV. El Surgimiento de la Responsabilidad del Estado y el <i>Rationale</i> del Deber de Reparación.....	215
V. Un Todo Indisoluble: La Violación del Derecho Internacional y el Cumplimiento del Deber de Reparación de los Daños.....	220
VI. La Centralidad de las Víctimas en la Protección de los Derechos Humanos y Sus Implicaciones en Materia de Reparaciones	225
1. Posición Central de las Víctimas	225
2. Implicaciones en Materia de Reparaciones.....	227
3. Distintas Formas de Reparación	230
VII. El Aporte de la Jurisprudencia de los Tribunales Internacionales de Derechos Humanos (CtIADH y CtEDH)	235

1. Importancia de Su Jurisprudencia en Materia de las Reparaciones Debidas a las Víctimas	235
2. Aporte de la Corte Interamericana de Derechos Humanos	238
3. Aporte de la Corte Europea de Derechos Humanos	240

VIII. <i>Neminem Laedere</i> y Reparación a los Individuos por Daños Morales	242
IX. Importancia de la Rehabilitación de las Víctimas	245
X. Epílogo: Reflexiones Finales.....	247

Capítulo VI

COMPLIANCE WITH JUDGMENTS AND DECISIONS – THE EXPERIENCE OF THE INTER-AMERICAN COURT OF HUMAN RIGHTS: A REASSESSMENT

I. Preliminary Observations	253
II. Referral of Non-Compliance to the Main Organs of the OAS.....	255
III. Supervision of Compliance with IACtHR Judgments and Decisions	256
IV. Supervision <i>Motu Proprio</i> by the IACtHR Itself: The Leading Case of <i>Baena Ricardo and Others</i> (270 Workers versus Panama, 2003)	260
V. A Setback in the Practice of the IACtHR: "Partial Compliances"	263
VI. Final Observations	

PARTE III

A VIVÊNCIA DOS GRANDES TEMAS DE DIREITO INTERNA- CIONAL DE NOSSOS TEMPOS: CRÔNICAS SELECIONADAS

Capítulo VII

A EVOLUÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPO- RÂNEO: FEITOS MARCANTES

I. O Centenário da II Conferência de Paz da Haia de 1907	271
II. A Declaração Universal dos Direitos Humanos ao Longo das Seis Últimas Décadas	276
III. A Corte Internacional de Justiça.....	282
IV. Balanço dos Resultados da II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993).....	291
1. Observações Preliminares	291
2. O Fórum Mundial das Organizações Não-Governamentais.....	292
3. A Abertura da Conferência de Viena: As Idéias Centrais	294

4. A Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993: Breves Reflexões	297
5. A Multiplicidade de Atores e Contribuições à Conferência de Viena.....	305
6. Observações Finais - De Viena ao Novo Século: A Nova Dimensão da Onipresença dos Direitos Humanos	308

Capítulo VIII

O QUOTIDIANO DO DIREITO INTERNACIONAL AO LONGO DOS ANOS

I. O Primado do Direito nos Planos Nacional e Internacional.....	313
1. A Condenação dos Crimes de Estado	313
2. O Fim das "Leis" de Auto-Anistia.....	316
II. O Primado do Direito sobre a Força	319
1. A Capa Tênué da Civilização.....	319
2. A Guerra como Crime.....	323
3. A Ilegalidade das Armas Nucleares.	325
4. O Direito e os Limites da Força	327
5. A Proibição Absoluta da Tortura.....	329

Capítulo IX

A PESSOA HUMANA E A JUSTIÇA INTERNACIONAL

I. O Acesso Direto dos Indivíduos à Justiça Internacional	333
II. Um Novo Primado da Razão.....	336
III. O Acesso à Justiça Internacional e os Direitos da Pessoa Humana ...	338
IV. Novo Paradigma do Direito Internacional	340
V. O Brasil e a Corte Interamericana de Direitos Humanos	343
VI. Dez Anos de uma Decisão Histórica.....	346
VII. Responsabilidade do Estado e do Indivíduo	349
VIII. A Importância da Jurisdição Internacional.....	352
IX. Direito e Justiça em Choque.....	354

Capítulo X

A CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL DO NOVO *JUS GENTIUM*: RELATOS AO LONGO DOS ANOS

I. Corte Interamericana de Direitos Humanos	359
1. Duas Sentenças para a História - Parte I.....	359
2. Duas Sentenças para a História - Parte II	362
3. Dois Pareceres para a Humanidade	364

II. Corte Internacional de Justiça	367
1. Os Novos Rumos da Corte da Haia - Parte I	367
2. Os Novos Rumos da Corte da Haia - Parte II.....	369
3. Os Novos Rumos da Corte da Haia - Parte III	371
4. Os Novos Rumos da Corte da Haia - Parte IV	374
5. Os Novos Rumos da Corte da Haia - Parte V.....	377
6. Os Novos Rumos da Corte da Haia - Parte VI	381
7. Os Novos Rumos da Corte da Haia - Parte VII.....	384

PARTE IV

A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DOS VULNERÁVEIS E INDEFESOS

Capítulo XI

CONDICIÓN JURÍDICA Y DERECHOS DE LOS MIGRANTES INDOCUMENTADOS

I. La <i>Civitas Maxima Gentium</i> y la Universalidad del Género Humano.....	389
II. Las Disparidades del Mundo Dicho "Globalizado", los Desplazamientos Forzados y la Vulnerabilidad de los Migrantes	394
III. La Reacción de la <i>Conciencia Jurídica Universal (Opinio Juris Communis)</i>	398
IV. La Construcción del Derecho Individual Subjetivo al Asilo	403
V. La Posición y el Rol de los Principios Generales del Derecho	410
VI. Los Principios Fundamentales como <i>Substratum</i> del Propio Ordenamiento Jurídico.....	415
VII. El Principio de la Igualdad y la No-Discriminación en el Derecho Internacional de los Derechos Humanos.....	418
VIII. Emergencia, Contenido y Alcance del <i>Jus Cogens</i>	423
IX. Emergencia y Alcance de las Obligaciones <i>Erga Omnes</i> de Protección: Sus Dimensiones Horizontal y Vertical	429
X. Epílogo.....	434

Capítulo XII

UPROOTEDNESS AND THE PROTECTION OF MIGRANTS IN THE INTERNATIONAL LAW OF HUMAN RIGHTS

I. Preliminary Observations	437
II. The Drama of Uprootedness and the Growing Need of Protection of Migrants	440

III. Basic Principles on Internal Displacement.....	446
1. Global (United Nations) Level.....	447
2. Regional Level.....	448
IV. Basic Principles on Migrations.....	451
V. The Protection of Migrants in International Case-Law.....	458
1. European Human Rights System.....	458
2. Inter-American Human Rights System.....	461
a) The Advisory Opinion on the <i>Right to Information on Consular Assistance in the Framework of the Due Process of Law</i> (1999)....	463
b) The Advisory Opinion on the <i>Juridical Condition and Rights of Undocumented Migrants</i> (2003).....	466
VI. The Protection of Migrants in <i>Rapporteur</i> Systems.....	468
VII. State Responsibility: Variations on an Old Theme of International Law.....	472
VIII. Final Reflections on the Matter.....	478

Anexo Documental I

LE DÉVELOPPEMENT DU DROIT INTERNATIONAL DES DROITS DE L'HOMME À TRAVERS L'ACTIVITÉ ET LA JURISPRUDENCE DES COURS EUROPÉENNE ET INTERAMÉRICAINES DES DROITS DE L'HOMME

I. Introduction.....	483
II. La dimension jurisprudentielle.....	485
III. La dimension institutionnelle.....	490
IV. Conclusions.....	492

Anexo Documental II

JURISDIÇÃO DE TRIBUNAIS ARBITRAIS INTERNACIONAIS: SUA COMPÉTENCE DE LA COMPÉTENCE.....	495
--	-----

Anexo III

LIVROS DO MESMO AUTOR.....	503
----------------------------	-----